

12º PROJETER

REEXISTIR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO
interpretar, conservar e transformar

14 a 17/10 | Pelotas | Rio Grande do Sul | Brasil

2025

A fazenda do Barão de Grão Mogol em Rio Claro (SP): das ruínas de um casarão tombado à sua reintegração na paisagem local

Eixo Temático: Conservar

OLIVEIRA, Carolina Bortolotti de
Doutoranda em Urbanismo (UFRJ) | E-mail: carolina.oliveira@docente.unip.br
SANTOS, Heloísa Pereira dos
Arquiteta e Urbanista | UNIP | E-mail: heloisa_hps@hotmail.com

Resumo

Esse artigo pretende analisar como um casarão histórico e tombado pelo CONDEPHAAT, em 1987, na região de Rio Claro (SP), chegou a um estado crítico de conservação, marcado pelo abandono e por uma estrutura que atualmente se encontra em ruínas. Seu proprietário – o Barão de Grão Mogol – teve uma posição política influente na sociedade local, no final do século XIX, e construiu uma residência peculiar no contexto da arquitetura rural paulista, uma vez que sua tipologia faz referência aos sobrados urbanos da Bahia. A partir do levantamento histórico e fotográfico, do diagnóstico das manifestações patológicas e das técnicas construtivas presentes na edificação, adotou-se como diretriz de projeto tanto a recuperação integral do bem tombado como a adaptação a novos usos, visando sua reintegração à paisagem local.

Palavras-chave: imóvel tombado; arquitetura rural; século XIX; Rio Claro (SP).

The Baron of Grão Mogol's farm in Rio Claro (SP): from the ruins of a heritage-listed mansion to its reintegration into the local landscape

Abstract

This article aims to analyze how a historic mansion, listed by CONDEPHAAT in 1987, in the Rio Claro region, has deteriorated into a critical state of conservation, accented by abandonment and the structure that currently lies in ruins. Its owner – the Baron of Grão Mogol – held an influential political position in the local society at the end of the 19th century. He built a unique residence within the context of rural architecture in São Paulo, which the typology refers to the urban townhouses of Bahia. Based on historical and photographic surveys, a diagnosis of structural pathologies, and the construction techniques used in the building, it was proposed a project that adopted the guidelines both the full restoration of the listed property and its adaptation for new uses, aiming at its reintegration into the local landscape.

Key words: listed property; rural architecture; 19th century; Rio Claro (SP).

La hacienda del Barón de Grão Mogol en Rio Claro (SP): de las ruinas de una casona catalogada a su reintegración en el paisaje local

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo una casona histórica, declarada patrimonio por el CONDEPHAAT en 1987, en la región de Rio Claro (SP), llegó a un estado crítico de conservación, marcado por el abandono y por una estructura que actualmente se encuentra en ruinas. Su propietario – el Barón de Grão Mogol – tuvo una posición política influyente en la sociedad local a finales del siglo XIX y construyó una residencia peculiar dentro del contexto de la arquitectura rural paulista, ya que su tipología hace referencia a los sobrados urbanos de Bahía. A partir del levantamiento histórico y fotográfico, del diagnóstico de patologías constructivas y de las técnicas constructivas presentes en la edificación, se adoptó como directriz del proyecto tanto la recuperación integral del bien protegido como su adaptación a nuevos usos, con el objetivo de su reintegración al paisaje local.

Palabras clave: inmueble protegido; arquitectura rural; siglo XIX; Rio Claro (SP).

1. Introdução: as origens de Rio Claro e a arquitetura paulista no século XIX

Inicialmente denominada São João Batista do Ribeirão Claro, a origem da cidade de Rio Claro teve início em meados do século XVIII, durante o período de exploração do ouro nas regiões de Cuiabá e Mato Grosso, no centro-oeste do país. Paulistas, bandeirantes e aventureiros começaram a se estabelecer às margens do Ribeirão Claro, em uma região que atualmente abrange as cidades de Rio Claro, Araraquara, São Carlos e Descalvado.

As tropas de burro partindo de São Paulo, através da Depressão Periférica, se dirigiam para Minas Gerais e Goiás, percorrendo a rota Tatuí - Limeira (Tatu - Limeira - Morro Azul), à procura das planícies atrás do Morro Azul, para daí ganharem os sertões de Araraquara. Resultado dessas caravanas foram os pousos, hoje cidades, que surgiram ao longo desse percurso (Penteado, 1964 apud Troppmair, 1993, p.1).

No início do século XIX, Manoel de Barros Ferraz e a família Galvão obtiveram a primeira sesmaria no povoado de Morro Azul, sendo que uma segunda concessão foi dada às famílias Goes Maciel e Pereira. As sesmarias foram fundamentais para o processo de povoamento da região de Rio Claro, pois atraíram fazendeiros, força de trabalho e desenvolvimento local, como a implementação de colônias agrícolas destinadas ao assentamento de famílias imigrantes, inicialmente vindas da Suíça e da Alemanha. Dean (1977, p.59-61) descreve que os sistemas de trabalho escravo e livre coexistiram por aproximadamente 40 anos em Rio Claro. Nesse contexto, o Senador Vergueiro, figura de destaque do Partido Liberal, foi um dos primeiros fazendeiros a testar a viabilidade da substituição da mão de obra escravizada por imigrantes europeus, introduzindo, em sua propriedade, colonos suíços e alemães.

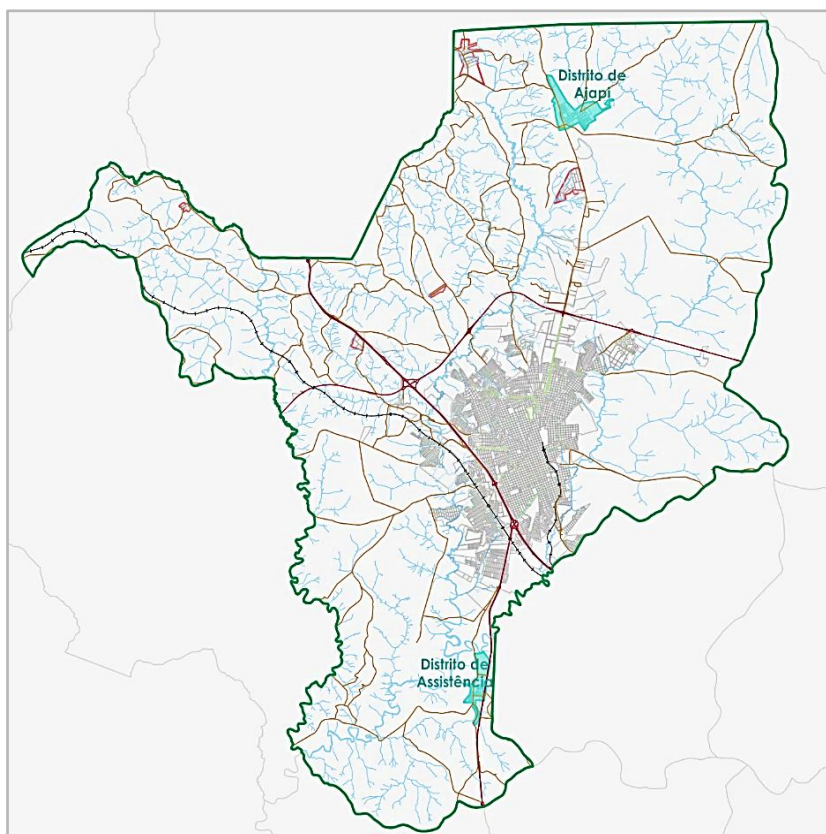
Em 1830, o povoado foi elevado a distrito de Piracicaba e, em 1842, passou a integrar também o município de Limeira, conquistando autonomia administrativa em 1845, ao ser elevado à categoria de Vila (Hogan; Oliveira; Sydenstricker Neto, 1986, p.10). Em 1857, São João do Rio Claro passou à categoria de cidade e, em 1905, teve seu nome alterado oficialmente para Rio Claro. Na época, a divisão administrativa do município já compreendia seis distritos: Rio Claro, Itaqueri da Serra, Ipojuca (atualmente Ipeúna), Itirapina, Santa Gertrudes e Corumbataí.¹ Na década de 1860,

¹ Cf. dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), [S.I.], c.2025. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/municipio/historia/>. Acesso em 8 de julho de 2025.

houve um novo impulso econômico com a chegada da ferrovia, conectando a capital paulista ao porto de Santos. Em 1885, a malha ferroviária foi ampliada, ao ligar Rio Claro a São Carlos e Araraquara, o que impulsionou significativamente o escoamento da produção agrícola (Ferreira; Oliveira; Benincasa, 2012, p.5-7).

Atualmente, Rio Claro ainda é considerada uma das cidades economicamente mais relevantes da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Desde 1995, o município é composto por três distritos: Rio Claro, Ajapi e Assistência (Figura 1).

Figura 1: Mapa do Município de Rio Claro



Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), 2022. Organizado pelas autoras.

1.1 A chegada da ferrovia e a economia cafeeira no interior paulista

A partir da segunda metade do século XIX, o crescimento das cidades paulistas esteve diretamente vinculado à expansão da lavoura cafeeira. A estrutura fundiária foi marcada pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, que inicialmente utilizou mão de obra escrava e, posteriormente, passou a empregar imigrantes europeus (Dean, 1977, p.99, 113). Esse modelo agrícola configurou grande

parte da paisagem rural do estado e também direcionou a organização econômica de vários centros urbanos do interior de São Paulo.²

O estabelecimento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1868, foi um marco decisivo para o escoamento da produção agrícola, especialmente do café, integrando o município de Rio Claro às principais redes comerciais nacionais e internacionais da época:

Visando implementar o sistema ferroviário que conduzisse a produção até Santos, fazendeiros e capitalistas da região, notadamente conhecidos como “barões do café”, formaram, em 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A primeira iniciativa da companhia foi o prolongamento da linha férrea de Jundiaí a Campinas, manifestando na assembleia inaugural, o interesse em estender os seus trilhos até Rio Claro (Ferreira; Oliveira; Benincasa, 2012, p.6).

Desse modo, a implantação da ferrovia no município de Rio Claro trouxe uma nova dinâmica territorial e econômica, por meio de iniciativas públicas e privadas, que resultaram em importantes transformações urbanas e no florescimento de novas tipologias construtivas.

2. O Barão de Grão Mogol e a fazenda Angélica, nos arredores de Rio Claro

Gualter Martins Pereira nasceu em 13 de novembro de 1826, na Fazenda Santo Antônio, localizada em Itacambira e pertencente ao arraial de Grão-Mogol - um importante centro pecuário e minerador, ao norte de Minas Gerais.³

Figura de destaque no cenário político e econômico do século XIX, Pereira foi considerado um nobre brasileiro, proprietário rural e com expressiva liderança regional. Sua fortuna esteve atrelada à agricultura e, sobretudo, à mineração e à extração de diamantes na Chapada Diamantina, na Bahia. Ele recebeu o título de Barão de Grão Mogol através do Decreto Imperial de 17 de setembro de 1873, como reconhecimento por seu empenho em organizar um Corpo de Voluntários da Pátria,

² Cf. trecho do prefácio de Warren Dean (1977, p.13): “A região do Oeste paulista – que se abre em leque desde Campinas para o Noroeste, alcançando Rio Claro e estendendo-se até Bauru e Ribeirão Preto foi, a partir de 1850 (aproximadamente), a de mais rápido crescimento econômico e populacional. O fim do trabalho servil e a experiência com trabalhadores livres nessa área exerceu, portanto, enorme influência sobre a opinião nacional, pois seus fazendeiros, evidentemente, seriam os alicerces das finanças do governo [...]”.

³ A família Martins Pereira mudou-se da região do São Francisco para Itacambira na primeira metade do século XVIII, após adquirir a Fazenda Pé da Serra e que passou a se chamar Fazenda Santo Antônio. Tanto o patriarca da família - Caetano Martins Pereira, como a mãe - Josepha Carolina Dias Bicalho Martins Pereira, estiveram ligados à produção pecuária e às atividades exploratórias como sertanistas (vid. Parrela, 2020, p.56).

destinado à Guerra do Paraguai, em que atuou como Coronel da Guarda Nacional (Parrela, 2020, p.61-62).

Segundo Benincasa e Bortolucci (2009, p.87), Gualter Pereira foi um dos pioneiros na substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre no Brasil, antes mesmo da Lei Áurea ser promulgada (em 13 de maio de 1888), ao trazer imigrantes para trabalhar nas lavouras de café, juntamente com os ex-escravos.

Antes de se estabelecer em Rio Claro, o Barão já possuía uma trajetória consolidada na política mineira, ao ocupar cargos relevantes no arraial de Grão Mogol, como deputado provincial e delegado de polícia - funções que atestam sua expressiva influência política e social da época (Parrela, 2020, p.63). Pereira foi eleito vereador pelo partido monarquista, para o quadriênio 1886 -1890, além de ter sido nomeado presidente da Câmara Legislativa de Rio Claro, exercendo papel de destaque na política local (Selingardi Júnior, 2010, p.31). Faleceu em 15 de dezembro de 1890, na fazenda de sua propriedade, onde residiu e que permanece como marco histórico e arquitetônico da sua presença no interior paulista.

Também conhecida sob o nome de Grão Mogol, a fazenda Angélica está localizada no distrito de Ajapi, que pertence ao município de Rio Claro. Nota-se como ocorreu a aquisição das terras até o processo de tombamento, através do quadro cronológico abaixo (Figura 2).

Figura 2: Quadro cronológico da Fazenda Angélica, região de Rio Claro (SP)



Fonte: Benincasa; Bortolucci, 2009. Organizado pelas autoras.

Adquirida inicialmente em 1818, por meio de sesmaria, pelo senador Campos Vergueiro, o nome "Angélica" foi atribuído em 1850, em homenagem à sua esposa -

Dona Maria Angélica. Durante o período em que esteve sob a posse do senador, a fazenda chegou a ser considerada a maior propriedade agrícola de Rio Claro (Benincasa; Bortolucci, 2009, p.86).

Embora a principal atividade econômica da fazenda tenha sido a produção da cana-de-açúcar, no final do século XIX, antes do período de posse do Barão, adotou-se o cultivo do café. Segundo Gouvêa (2017, p.179-181), a produção cafeeira esteve atrelada à chegada de colonos de diversas nacionalidades europeias, majoritariamente suíços, alemães, italianos e portugueses, que passaram a residir nas dependências da fazenda.

Com a morte do senador Vergueiro, a Fazenda Angélica tornou-se propriedade do *London and Brazilian Bank* e, em 1881, foi arrematada pelo Barão de Grão Mogol por 305:000\$000 réis (trezentos e cinco contos de réis). Este valor incluiu 300 cabeças de gado e 80 escravos, que deram início à construção do casarão no mesmo ano (Benincasa; Bortolucci, 2009, p.86).

Após o falecimento do Barão de Grão Mogol, a propriedade foi subdividida em áreas denominadas Santo Amaro, Jussara, Mata Negra, Angélica e Água Branca, sendo que, em 1923, Pedro Rossi - um colono italiano - adquiriu o trecho onde se localiza o casarão e que até hoje permanece sob a posse da família Rossi (Selingardi Júnior, 2010, p.32). No entanto, a residência deixou de ser habitada na década de 1990, em razão das precárias condições de conservação do imóvel.

2.1 A arquitetura do casarão e o processo de tombamento estadual

Considerando que a maioria dos escravos veio das regiões da Bahia e de Minas Gerais, essa mão-de-obra particularmente contribuiu para que os aspectos construtivos típicos do sul da Bahia tenham sido assimilados na tipologia do casarão principal,

[...] cuja característica principal é o corpo principal apresentar duas águas e ter empenas laterais vazadas por duas ou mais janelas. Outra peculiaridade do sobrado rioclarensense é o uso exaustivo da pedra, inclusive nas vergas, peitoris e ombreiras de janelas e batentes de portas da fachada, incomum nestas paragens à época (Benincasa; Bortolucci, 2009, p.88).

Assim, as fachadas principais do casarão seguem o modelo dos sobrados mais antigos do sul da Bahia, caracterizados por construções robustas, com paredes

autoportantes de adobe ou pedra, geralmente caídas, com vergas retas ou em arcos abatidos. Banchi (2001) destaca que o uso de pedra não era comum nas construções residenciais paulistas, no final do século XIX, o que teria justificado o tombamento, em 1987, pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). De fato, o casarão foi declarado um bem cultural de interesse arquitetônico, por abrigar um raro exemplar da arquitetura baiana no estado de São Paulo:

Por volta de 1880, Gualter Martins Pereira construiu o sobrado utilizando-se de mão-de-obra escrava mineira e baiana. Constitui-se em exemplar atípico da arquitetura rural paulista, quer pela sua aparência, semelhante aos sobrados baianos urbanos, quer pela técnica construtiva empregada, a alvenaria de pedra, incomum no interior do estado.⁴

A edificação apresenta planta em formato de “L” e é composta por dois pavimentos, além de sótão e porão. Originalmente, abrigava mais de 20 cômodos e dezenas de portas e janelas, todas com molduras em pedra (Figura 3).

Figura 3: Planta baixa e cortes do casarão principal da Fazenda Angélica



Fonte: Planta de aprovação do casarão - Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), 1977. Adaptação das autoras.

⁴ Cf. trecho do tombamento, inscrição nº 232, p. 63, 20/01/1987. “Artigo 1º: Fica tombado como bem cultural de interesse arquitetônico, o edifício Sobrado de Pedra – sede da Fazenda Grão Mogol, em Rio Claro, raro exemplar existente em nosso estado de residência rural construída ao gosto da arquitetura baiana do século XIX”. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-da-fazenda-grao-mogol/>. Acesso em 5 de abril de 2025.

Destaca-se ainda a presença marcante das divisórias internas em madeira e o uso da vedação em pau-a-pique, o que reforça seu valor histórico e arquitetônico.

Atualmente o casarão não está aberto à visitação, devido ao estado de degradação já avançado da edificação e pelo fato de estar localizada em propriedade privada. Há mais de três décadas, os atuais proprietários têm buscado recursos públicos para viabilizar sua restauração, recorrendo inclusive às leis de incentivo à cultura.

Após longas tentativas para obter auxílio financeiro, ao final de 2024, a proposta de restauração do casarão foi contemplada com recursos do Programa de Ação Cultural (PROAC), totalizando um valor de R\$ 649.351,67, que deverá ser destinado à elaboração do projeto e à execução das obras de restauração.⁵

Após o falecimento do bisavô da família, o imóvel foi dividido entre seus três filhos, que delimitaram as áreas de posse através de cercas instaladas externamente. Desde a partilha do imóvel entre os herdeiros da família Rossi, os proprietários têm enfrentado dificuldades financeiras para manter sua conservação, conforme descrito anteriormente.

2.2 Levantamento fotográfico e diagnóstico das manifestações patológicas

Atualmente, o casarão encontra-se em estado crítico de conservação, configurando-se como uma estrutura visivelmente em ruínas. O mato alto predominante no entorno da edificação reforça seu estado de abandono, tornando-se praticamente impossível identificar elementos arquitetônicos originais intactos, tanto nas fachadas quanto no seu interior.

Internamente, observa-se a presença de sinalização que proíbe a visitação ao casarão e, apesar das restrições, notam-se pichações e desenhos realizados nas paredes por intrusos que adentraram a propriedade. Além disso, há extensas marcas

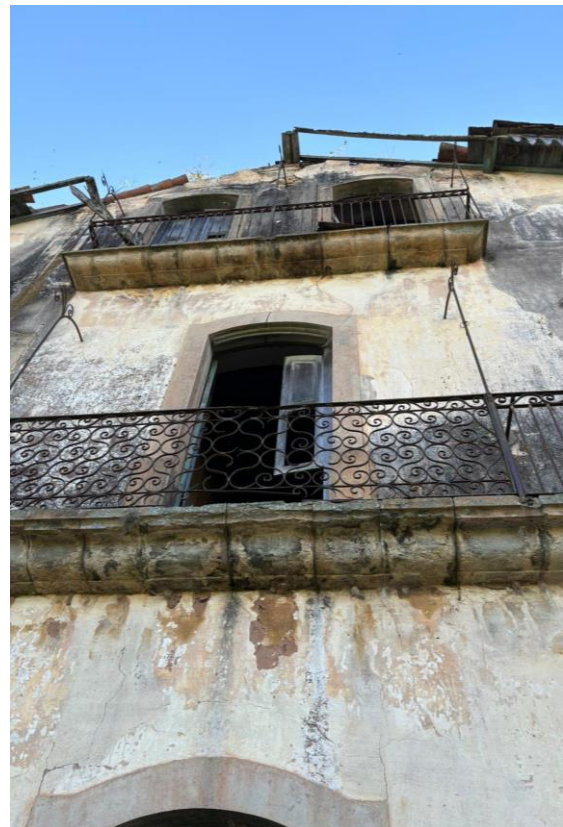
⁵ Cf. reportagem divulgada pelo Jornal Cidade, Rio Claro (SP), publicada em 29 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/restauracao-do-casaroo-da-fazenda-do-groo-mogol-ganha-folego-com-aprovacao-no-proac/272288/#:~:text=O%20an%C3%BAncio%20oficial%20deve%20acontecer,de%20Da%C3%A7%C3%BAcar%20e%20do%20caf%C3%A9>. Acesso em 5 de abril de 2025.

de sujidade e degradação causadas pela ação do tempo, como inúmeros pontos de infiltrações provenientes das chuvas.

Neste contexto, grande parte da estrutura tem resistido ao tempo, sobretudo devido à robustez das paredes em pedra de cantaria que, dentre os poucos elementos identificáveis, se mostraram mais resistentes à ação do tempo.

Em contrapartida, o restante da edificação apresenta descolamento do reboco, acúmulo de sujeira, marcas de umidade e muitos sinais de processos de deterioração. Notam-se também elementos em ferro, como guarda-corpo e ornamentos junto às portas do segundo pavimento, já corroídos pela ferrugem (Figuras 4 a 9).

Figuras 4 e 5: Fachada principal com traços da arquitetura baiana, como o predomínio do uso de pedra nas guarnições de portas e janelas, pedras de cantaria, além de detalhe do guarda-corpo em ferro e grande trecho destelhado.



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2024.

Figuras 6 a 9: Fachadas que apresentam o estado avançado de degradação, com descolamento pictórico, partes faltantes e grandes manchas de infiltração.



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2024.

Os demais elementos arquitetônicos encontram-se amplamente danificados ou ausentes, em razão da falta de uso e de manutenção adequada ao longo de muitos anos. A fragmentação do espaço representou um obstáculo para a realização de uma documentação fotográfica detalhada do edifício, pois vários

cômodos continuam inacessíveis e outros trechos - como os pavimentos superiores -, têm apresentado um risco iminente de colapso, devido à fragilidade dos assoalhos (Figuras 10 a 15).

Figuras 10, 11 e 12: Vistas internas, com sujidades, mobília e madeiramento quebrados.



Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2024.

Figura 13, 14 e 15: Vistas internas da antiga cozinha, do depósito e do corredor (respectivamente), com assoalho e forros com risco iminente de queda, além da antiga divisória em taipa (à direita), em avançado estado de decomposição.



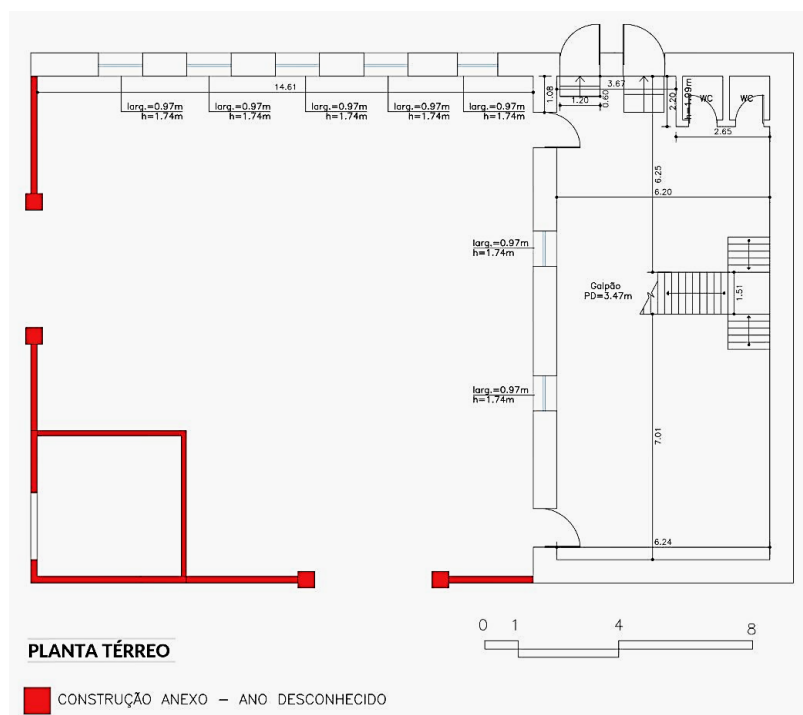
Fonte: Acervo pessoal das autoras, 2024.

3. Diretrizes de uso e proposta de intervenção

Enquanto um bem tombado pelo CONDEPHAAT, a Fazenda do Barão de Grão Mogol requer a preservação tanto de suas características estruturais e construtivas,

quanto dos componentes arquitetônicos. Assim, por se tratar de um imóvel tombado, não foram propostas alterações internas em sua estrutura original, mas intervenções limitadas à readequação dos ambientes, com mudanças apenas no uso das salas, respeitando integralmente a configuração espacial existente. A única demolição prevista refere-se a uma estrutura externa à edificação principal (um fechamento construído por antigos moradores), cuja data de execução não foi identificada e não está contemplada na inscrição de tombamento (Figura 16).

Figura 16: Planta baixa do levantamento realizado *in loco*



Fonte: Levantamento realizado pelas autoras, 2024.

Devido à sua localização privilegiada na zona rural de Rio Claro, propõe-se a transformação do antigo casarão em um Centro de Treinamento Equestre. A proposta visa integrar a antiga construção com um uso contemporâneo, promovendo o contato com a natureza e os animais, sem demandar intervenções invasivas na edificação principal. O programa pretende contemplar aulas de equitação, passeios a cavalo, terapias assistidas com equinos e cursos voltados à prática equestre, oferecendo também um serviço de hospedagem para os animais, de modo que os proprietários possam deixá-los sob os cuidados de profissionais qualificados.

Para esse fim, prevê-se a construção de um anexo destinado à acomodação dos equinos, com baias devidamente projetadas. Composta por elementos pré-moldados, a estrutura deve se adequar aos princípios postulados pelo teórico italiano Cesare Brandi, considerando a mínima intervenção, a reversibilidade e a distinguibilidade, além da compatibilidade de técnicas e materiais, a fim de não comprometer a integridade da edificação (Kühl, 2008, p.78-79). Desse modo, o objetivo é estabelecer um contraste visual entre o antigo e o novo, de modo a garantir que a história e a arquitetura do casarão continuem presentes, além de possibilitar a desmontagem futura da estrutura, sem causar danos ao bem tombado.

Quanto à estadia dos visitantes, parte da estrutura existente será adaptada para oferecer dormitórios, refeitório e um espaço destinado ao café. A ambientação buscará preservar e valorizar os elementos arquitetônicos originais, de inspiração baiana, evocando a hospitalidade típica das antigas casas de fazenda e promovendo uma experiência acolhedora e imersiva.

A proposta de novo uso do casarão, portanto, tem como objetivo não apenas a sua preservação, mas também a ressignificação de seu valor histórico e social no município de Rio Claro. Ao adaptá-lo para atividades relacionadas à equitação, pretende-se manter viva sua memória local por meio de um novo uso, adotando soluções compatíveis com os princípios de preservação.

4. Considerações finais

A análise da Fazenda Angélica, também conhecida como Fazenda do Barão de Grão Mogol, permitiu evidenciar não apenas o valor histórico, arquitetônico e cultural do casarão tombado, mas também as complexas camadas de memória que o envolvem. Sua construção, que remonta à segunda metade do século XIX, representa uma tipologia rara no interior paulista, incorporando referências baianas nas técnicas construtivas, que hoje configuram um importante testemunho da diversidade da arquitetura rural brasileira (ABIB, c.2021).

Apesar de sua relevância, o estado de abandono e degradação física da edificação ao longo das últimas décadas ilustra os desafios enfrentados na preservação do patrimônio arquitetônico no estado de São Paulo, sobretudo quando

inserido em áreas rurais e sob domínio privado, que dificultam o acesso da população ao bem histórico.

Nesse sentido, a proposta de reintegração do imóvel à paisagem local, por meio da adaptação a um novo uso - um centro de treinamento equestre - está embasada em diagnósticos técnicos e princípios teóricos, enquanto uma alternativa viável para garantir a conservação do bem, ao mesmo tempo em que possibilita sua ressignificação social, econômica e cultural para a memória da cidade de Rio Claro.

5. Referências

ABIB, Jamil N. **Fazenda Angélica (Grão Mogol)**. [S.l.], c.2021. Disponível em: <https://fazendasantigas.com/fazenda/detalhes/angelica-grao-mogol-rio-claro-sp>.

Acesso em 20 de abril de 2025.

BANCHI, Júlio C. **Casa do Barão de Grão Mogol**. Rio Claro: Secretaria de Obras e Serviços/ Prefeitura Municipal de Rio Claro, 2001. Relatório Técnico - Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. 21 p.

BENINCASA, Vladimir; BORTOLUCCI, Maria Ângela P. C. S. **Fazenda Angélica e o Barão de Grão-Mogol**. Campinas: Revista Labor e Engenho - UNICAMP, v. 3, n. 1, 2009. p.82-109.

CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). **Sede da Fazenda Grão Mogol**. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-da-fazenda-grao-mogol/>. Acesso em 5 de abril de 2025.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

FERREIRA, Monica C. B. F., OLIVEIRA, Carolina B., BENINCASA, Vladimir. **URBANIZAÇÃO E FERROVIA: implantação do sistema ferroviário e suas consequências no espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP**. São Paulo: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012. p.1-19.

GOUVÊA, Flavia M. Rio Claro/SP e a imigração europeia: origens, olhares e culturas. In: PERINELLI NETO, Humberto (org.). **Retalhos de experiências modernas: história, culturas e cidades no interior paulista – Primeira República**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p.177-201.

HISTÓRIA. Prefeitura de Rio Claro. [S.l.], c.2025. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/municipio/historia/>. Acesso em 8 de julho de 2025.

HOGAN, Daniel J., OLIVEIRA, Maria C. F. A., SYDENSTRICKER NETO, John M. **Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro**. Núcleo de Estudos de População – NEPO. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1986.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

PARRELA, Ivana D. **Um Barão e suas memórias em disputa: Grão Mogol (MG), Chapada Diamantina (BA) e Rio Claro (SP)**. Assis (SP): Revista Patrimônio e Memória – CEDASP/ UNESP, v. 16, n. 1, 2020. p.53-75.

RESTAURAÇÃO do Casarão da Fazenda do Grão Mogol ganha fôlego com aprovação no Proac. Jornal Cidade, Rio Claro (SP), 29 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/restauracao-do-casarao-da-fazenda-do-grao-mogol-ganha-folego-com-aprovacao-no-proac/272288/> . Acesso em 5 de abril de 2025.

SELINGARDI JÚNIOR, Anselmo A. **O Barão de Grão Mogol Coronel Gualter Martins Pereira**. Rio Claro: Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2010. p.30-32.

TROPMAIR, Helmut. **Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1993.